

Messe jana

**EDMAR
FREITAS**



Coleção Pajéu



Messejana



Obra realizada com o apoio da Prefeitura Municipal de Fortaleza,
por meio da Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza – Secultfor.

Prefeito de Fortaleza
Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra

Vice-Prefeito de Fortaleza
Gaudêncio Gonçalves de Lucena

Secretário Municipal de Cultura de Fortaleza
Francisco Geraldo de Magela Lima Filho

Secretária-Executiva
Paola Braga de Medeiros

Assessora de Políticas Culturais
Nilde Ferreira

Assessor de Planejamento
Inácio Carvalho de A. Coelho

Assessora de Comunicação
Paula Neves

Assessor Jurídico
Vitor Melo Studart

Coordenadora de Ação Cultural
Germana Coelho Vitoriano

Coordenador de
Criação e Fomento
Lenildo Monteiro Gomes

Coordenador de Patrimônio
Histórico e Cultural
Alênio Carlos N. Alencar

Coordenador
Administrativo-Financeiro
Max Diego de Carvalho Caldas

Diretora da Vila das Artes
Claudia Pires da Costa

Secretário da Regional VI
Renato César Pereira Lima



**Prefeitura de
Fortaleza**
Secretaria Municipal de Cultura
de Fortaleza

Edmar Freitas

Messejana



Copyright © 2014, Edmar Freitas

Concepção e Coordenação Editorial
Gylmar Chaves

Projeto gráfico e Diagramação
Khalil Gibran

Revisão
Milena Bandeira

Fotos da Capa e Contracapa
Gentil Barreira - Imagem Brasil

Supervisão Técnica
Adson Pinheiro/Amanda Nogueira

Catálogo na fonte
Maria Zuila de Lima CRB/3 – 405

F862m Freitas, Edmar
 Messejana / Edmar Freitas.- Fortaleza: [s.n.], 2013.
 72p.

ISBN

1. Bairro Messejana, Fortaleza (Ce), História. I. Título.

CDD 981.31

Sumário

Apresentação 7

Quando os caminhos eram veredas 11

A aldeia mãe 17

Uma nova vila da América 22

O distrito de Messejana 55

Fronteira entre o antigo e a modernidade 62

Bibliografia 66



Apresentação



Fiquei muito feliz ao receber o convite para escrever este livro sobre a história de Messejana, felicidade esta complementada pelo zelo que tenho com esta terra e, principalmente, pela oportunidade de poder tornar a sua trajetória acessível às pessoas que ainda não a conhecem.

Trata-se de um livro especial, pois ele relata a história de um importante bairro de Fortaleza, além de fazer parte da coleção intitulada “Pajeú”, tão bem coordenada pelo poeta Gylmar Chaves.

Para escrevê-lo, tomei mão de algumas anotações, principalmente de trabalhos que já publiquei sobre o assunto. Somando-se a isso, consultei fontes de importantes pesquisadores sobre o tema, dentre eles os historiadores Esaú Costa Ribeiro, Felipe Neto, Antônio Bezerra, Paulino Nogueira e Thomaz Pompeu Sobrinho. Como fontes complementares, foram consultados documentos dos acervos do Arquivo Público do Ceará e do Instituto Histórico do Ceará.

Tendo a oportunidade de pesquisar mais profundamente sobre o assunto, pude depreender que a história de Messejana segue o caminho inverso aos de outros lugares, que atingiram a condição de cidade autônoma. Formada ao longo do tempo com a participação de vários povos e etnias, este bairro surgiu a partir de uma pequena aldeia e somente depois veio a se tornar vila. Nesse processo, o destino lhe desenhou vários caminhos, colocando-o no final destes como um bairro de Fortaleza. No entanto, mesmo nessa condição, nunca perdeu sua altivez e importância.

Atualmente desprovida de grande parte de seu patrimônio material e imaterial, instrumentos que revelariam a herança dos tempos de Vila Colonial, e com um acervo cultural escondido pelo tempo, Messejana guarda em suas entranhas uma das mais belas histórias entre as cidades daquele tempo. Com a paciência de um pescador e a persistência de um garimpeiro, qualquer um seria capaz de descobrir verdadeiros tesouros a respeito dessa terra mágica.

Filha da água e das árvores, Messejana brotou de um chão que há séculos era palmilhado por povos de vários lugares e matizes. Depositária de uma brisa encantada, soprada do Atlântico o ano todo, e de um solo encharcado pela água mais pura vinda das profundezas da terra, tornou-se uma paisagem imemorial, ornada por um

pôr do sol incomparável, um verde de cor única e uma Lua amarelada, como se seu claro fosse uma perene cachoeira dourada a tingir suas madrugadas.

Como nascem os invernos, ela nasceu em janeiro. É certo que acanhada, mas determinada a ser grande e eterna como o tempo, mesmo que as intempéries políticas sempre a tenham castigado ao longo de sua história.

O Autor

Quando os caminhos eram veredas

O processo de assentamento das populações que mais tarde dariam origem a Messejana teve início quando o território cearense recebeu as primeiras incursões organizadas, tanto a mando da Coroa Portuguesa, quanto pela Igreja Católica. Cada incursão tinha objetivos diferentes e, ao longo do caminho, deparava-se com diversas etnias, nativas ou recém-chegadas, de outros pontos do território brasileiro, principalmente do Nordeste.

Em meio a essa diversidade, destacava-se a população de nome Potiguara, estabelecida no litoral cearense depois de enfrentar inúmeros conflitos na região onde hoje está situado o estado do Rio Grande do Norte. Dessa presença é atribuída a expressão “Ceará”, nome dado mais tarde ao rio que fica na divisa entre Fortaleza e o município de Caucaia, expressão trazida por eles, replicando nome de rio existente em sua terra natal¹.

No entanto, uma das principais concentrações de nativos entre o final do século XVI e início do século XVII dava-se na Serra da Ibiapaba, interstício entre o Ceará e o

¹ “Note-se bem; eram moradores no Ceará, e foram elles que mudaram o nome do rio Pirangy para ceará em lembrança de outro igual nas suas terras do Rio Grande” in MENEZES, Antonio Bezerra de. *Algumas origens do Ceará*. Revista do Instituto do Ceará. Tomo XV. Fortaleza. 1901. Pág. 156.

Maranhão. Este último contando com significativa presença francesa, fato motivador do envio da expedição de Pero Coelho às veredas cearenses, cujo intuito era o de garantir o julgo português sobre aquela estratégica região.

Essa tentativa, ocorrida a partir de 1603, logrou certo êxito, principalmente ao derrotar os inimigos de seu intento em algumas batalhas. Contudo, a condição não lhe era favorável devido à escassez de recursos para sobrevivência, falta de estrutura e clima hostil, fatores que somados à tentativa de dar sequência à sua campanha, visando a expulsão dos franceses do Maranhão, tenha resultado na mitigação de suas forças, obrigando-o a retornar com seu séquito para a região próxima ao Rio Ceará.

No esteio desse insucesso, seguiu outra malograda expedição quatro anos depois, agora comandada por padres jesuítas sob o pretexto de “ganhar almas” para a Igreja Católica. Tendo à frente os Padres Luís Figueira e Francisco Pinto, essa tentativa de instituir um processo de “civilização” desembarcou na foz do Rio Jaguaribe, em fevereiro de 1607, iniciando ali uma longa jornada de um mês, culminando com sua chegada à enseada do Pará, região próxima ao atual município de Paracuru. Ali, eles passaram cinco dias juntos a alguns índios, preparando-se para a subida da Serra da Ibiapaba, com objetivos específicos, e sempre focados nos interesses da Coroa Portuguesa.

Depois de outra extenuante caminhada, o grupo liderado pelos religiosos alcançou a região da Serra da Ibiapaba, onde adensavam-se várias etnias. Lá, os padres passaram a aprofundar os seus trabalhos de catequese. Infelizmente, no início de 1608, um ataque desferido por índios tocarijus resulta na morte do Padre Francisco Pinto e, conseqüentemente, na fuga antecipada do Padre Luís Figueira para a mesma região onde a combalida expedição de Pero Coelho estivera anos atrás.

Estabelecido após o infortúnio e martírio do colega, o Padre Luís Figueira organiza um pequeno ajuntamento que ele denomina em seus relatos de “Aldeia de São Lourenço”, por ter sido fundada no dia em que o dito santo é homenageado pela Igreja Católica. Esse refúgio serviu de abrigo ao padre até o seu embarque, deixando para trás as lembranças daquela infeliz viagem, tudo exposto no documento intitulado “A Relação do Maranhão”².

As duas tentativas desastrosas de estabelecer o domínio português no Ceará não contribuíram substancialmente para indicar o início de um processo de povoamento denso da região, tendo em vista que antes do europeu

2 FIGUEIRA, Pe. Luís, apud. Thomaz Pompeu Sobrinho. *A Relação do Maranhão*, 1608, pelo jesuíta Padre Luiz Figueira enviada a Cláudio Aquaviva. In: Três documentos do Ceará Colonial. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, Coleção História e Cultura dirigida pelo Instituto do Ceará, 1967. Pág. 09 a 157.

já habitavam aqui populações nativas e recém-chegadas, como é o caso da etnia potiguara.

Apenas entre 1611 e 1612, com o retorno de Martim Soares Moreno ao Ceará como seu Capitão-Mor, observa-se o florescimento da ocupação do litoral a partir da construção, por obra do próprio Martim, de uma ermida em homenagem a Nossa Senhora do Amparo e de um fortim³ na embocadura do rio Ceará, passando essa edificação a servir como um dos pontos de ancoragem daquele litoral.

Esse estabelecimento português acontece de forma mais tranquila devido à relação amistosa entre o fidalgo português e o chefe Jacaúna, liderança dos potiguaras em território cearense, conhecida por Martim Soares Moreno desde a sua passagem junto à comitiva de Pero Coelho, amizade cultivada devido à forma como o Capitão-Mor respeitava seu povo, o que era facilitado pelo conhecimento que tinha da língua dos índios.

Jacaúna e seu povo foram trazidos da região do rio Jaguaribe até o Forte, a convite de Martim, para habitarem próximos ao rio Ceará, onde ficava a base de operação da ocupação portuguesa. O objetivo era ajudar na construção

3 STUDART FILHO, Carlos. *As fortificações do Ceará*. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza. Tomo 43-44, 1930. Pág. 53.

das estruturas necessárias para a manutenção da população e resguardar a região contra o ataque de tribos arredias à presença estrangeira. A aldeia de Jacaúna distava do referido Forte cerca de meia légua, aproximadamente três quilômetros, onde hoje temos a fronteira entre o bairro da Floresta e Álvaro Weyne, em Fortaleza⁴.

Seguido a esse momento, em 1613, Martim Soares Moreno deixa o Ceará para se dedicar a outras missões em nome da Coroa Portuguesa, só retornando em 1621, passando então mais uma década junto ao amigo Jacaúna, repelindo ataques às tentativas de afirmação portuguesa na região. Em 1631, Martim deixa em definitivo o Ceará para combater a ameaça holandesa que avançava sobre os interesses lusitanos.

É notável a participação potiguara nos acontecimentos que movimentaram o início do século XVII no litoral cearense, contribuindo em muito nos primeiros passos dados a caminho da consolidação do adensamento da região. De forma menos agressiva, essa etnia mantinha relações de negócios com os portugueses desde as tensões no Rio Grande do Norte, fato que ajuda a estabelecer o julgo colonial no Ceará. Contudo, dentro desse grupo social e cultural brotou o interesse em afastar os portugueses,

4 BEZERRA, Antonio. *Dúvidas Históricas a Cesídio de Albuquerque Martins Pereira*. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza. Tomo IX, 1897. Pág. 11.

tendo como causa o histórico de massacres e humilhações, inclusive por meio da escravidão contra os índios.

Nesse cenário, fortalece-se a figura de Amanay, ou Algodão, filho de Jacaúna, que opera junto aos holandeses e outras lideranças nativas, formando uma aliança cujo resultado é a expulsão dos portugueses do Ceará no ano de 1637 e, por conseguinte, a tomada do Forte de São Sebastião, na barra do rio Ceará. Nesse momento, inaugura-se um período que duraria até 1644, quando ocorre um grande massacre de holandeses por conta da insatisfação dos índios e em represália as mesmas práticas utilizadas pelos portugueses contra suas populações. Depois de vários conflitos, o lugar do Forte é transferido pelo holandês Mathias Beck para a atual localização da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, situada às margens do majestoso Rio Pajeú, que naquela época corria de beira à beira, fato esse acontecido em 1649.

Nessa altura, Portugal atua para restaurar sua primazia. Para tanto, aproveita as falhas cometidas pelos invasores do momento para incitar as tribos, promovendo, assim, a desestabilização do domínio holandês, fato esse dado por encerrado no ano de 1654, devolvendo o controle daquelas terras à Coroa Portuguesa. Por conta disso, algumas populações que apoiaram os holandeses no primeiro

momento, inclusive os potiguaras de Amanay⁵, mantêm-se afastadas da região do forte, possivelmente com receio de novas represálias por parte dos portugueses.

Nesse meio tempo, visando evitar os problemas que envolviam um cenário de conflito e tensão, a Coroa Portuguesa se previne contra novas rebeldias, impedindo qualquer atividade que pudesse configurar revanche contra os apoiadores dos holandeses, sem deixar de manter as estratégias de controle destinadas aos povos nativos. Esse novo contexto favorece a organização do território cearense, culminando com o surgimento bem definido das três aldeias do forte: Parangaba, Paupina e Caucaia.

A aldeia mãe

As atividades voltadas à redução dos nativos entre os séculos XVII e XVIII estiveram concentradas predominantemente na Serra da Ibiapaba, tanto por esta ser um reduto geográfico favorecido pelo distanciamento da manipulação estrangeira, quanto pela notada presença de grande contingente de etnias dispersas em várias aldeias situadas entre a serra e o litoral.

5 PALITOT, Estêvão Martins (Org.). *Na Mata do Sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará*. 2. Fortaleza: Secult/Museu do Ceará/IMOPEC, 2009. Pág. 162.

Foi nessa região onde se refugiaram muitos potiguaras temerosos do revide português, principalmente após a derrota dos holandeses com os quais mantinham colaboração. Porém, um pequeno contingente dessa etnia permaneceu nas proximidades do Forte, nas imediações do rio Ceará. Parte desse agrupamento é remanescente das populações instaladas por Martim Soares Moreno e Jacaúna, ainda na época da construção do Forte de Nossa Senhora do Amparo. Essa população vivia em duas aldeias praticando seus costumes e mantendo relações com os estrangeiros, ajudando-os principalmente no corte da madeira. Ao mesmo tempo, alguns grupos ainda buscavam travar conflitos entre si e contra os portugueses e seus aliados.

Por conta dessas tensões ocorridas no fim dos anos 1650, muitas delas devido ao sequestro de índias por parte dos portugueses, dentre outras formas de abuso por parte do invasor, os religiosos que operavam a partir da Serra da Ibiapaba foram solicitados para auxiliar no processo de apaziguamento dos distúrbios recorrentes e, assim, garantir às duas aldeias um ambiente de paz.

Por conta da atuação dos Padres Antônio Ribeiro e Pedro Pedrosa⁶, aprofunda-se a influência dos jesuítas no Ceará quando estes ficam responsáveis pelas atividades

6 BEZERRA, Antonio. *Dúvidas Históricas a Cesídio de Albuquerque Martins Pereira*. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza. Tomo IX, 1897. P. 19 a 22.

religiosas em seu território, com especial atenção às aldeias. No caso das aldeias do Forte, o Padre Pedro Pedrosa recomendou que as suas populações fossem transferidas para Pernambuco, assim como se fazia com as guarnições da Fortaleza, por conta das diversas ameaças sofridas por quem dava suporte à presença portuguesa na região.

Não tendo sido acatada tal ideia, em 1662 inicia-se um processo de mudança do local das aldeias, retirando-as das proximidades do Forte e situando-as em um terreno mais afastado dos ataques de inimigos e com melhor condição para a sobrevivência.

Já em 1665, registra-se a existência do Arraial do Bom Jesus de Parangaba, na região conhecida hoje como bairro do Mondubim, situado ao sul de Fortaleza, formado a partir das aldeias da região do Forte, constituindo, assim, um grande aldeamento original no qual se reuniam diversas descendências do chefe Algodão. Os contingentes dessa aldeia passaram a auxiliar em missões contra nações que fomentavam a guerra, como a acontecida contra os chamados Payacus, nos idos de 1671.

Entre os anos de 1680 e 1690 tem início a formação da Aldeia de Paupina, a partir da Aldeia de Parangaba, comunidade que se espalharia entre a Serra de Pacatuba e o litoral. Um dos primeiros registros citando o surgimento

dessa nova aldeia é um pedido de terras feito à Coroa Portuguesa para acomodá-la:

Diz o Capitão Thomé da Silva Campelim, índio e filho do principal verdadeiro do gentio a que chamam cabidellos, que o seu avô era senhor e possuidor das terras da serra da Pacatuba, Jererahú até o Cocó, donde fabricou sua aldeia por ordem dos senhores antecessores de V.M. e que hoje está existindo no sítio chamado de Paupina. Os moradores brancos se foram apossando de todas as tais terras e foram correndo com os suplicantes e seus parentes para o centro dos matos, em cujos lugares estão criando a seus filhos que desassossegados e porque os ditos brancos se estão entremetendo nos lugares que eles suplicantes buscaram para se retirar de dúvidas com os mesmos brancos. Pede novas terras para ele e seus parentes aldeados da dita aldeia da Paupina e seus descendentes, para que possam criar seus filhos e sem serem constrangidos de brancos, portanto.⁷

A Aldeia de Paupina, a partir de sua configuração territorial, aparece como agente transformador do Ceará no início do século XVIII. Nela se condensaram várias

7 ALBUQUERQUE, Manuel Coelho. *Aliança, negociação e rebeldia indígena no Ceará colonial: deslocamentos e dimensões identitárias*. Cadernos do CEOM – Ano 23, n. 32 – ETNICIDADES. 2010. Chapecó. P. 215.

famílias que povoaram o território entre os atuais municípios cearenses de Itaitinga, Fortaleza, Pacatuba, Guaiuba e Aquiraz. Existem diversas versões sobre a origem do nome Paupina. De fato, ele passou a ser mencionado somente após o ano de 1654, período que coincide com a expulsão holandesa. O termo é de origem nativa e aponta para “circunstância geográfica ou humana local, geralmente muito sugestiva.”⁸.

Sobre o termo “Paupina” existem diversas especulações acerca do seu significado. Uma das mais recorrentes é a de que a palavra seria uma derivação relacionada ao nome do Padre Francisco Pinto, missionário que esteve no Ceará no ano de 1607. Contudo, essa é apenas uma visão romântica editada pelos defensores da atividade jesuítica, não encontrando fundamento fático. Como já exposto, a expressão é nativa significaria “lagoa limpa” ou “lagoa descoberta”⁹. Existem ainda outros entendimentos dando conta dela se referir à figura de um chefe tribal ou mesmo a atuação dos jesuítas no período posterior a presença holandesa, versões também sem profundidade.

8 POMPEU SOBRINHO, Thomaz. *Topônimos indígenas dos séculos 16 e 17 na costa cearense*. Revista do Instituto do Ceará, Tomo LIX, 1945. P. 159.

9 NOGUEIRA, Paulino. *Vocabulário Indígena em Uso na Província do Ceará* in "Revista do Instituto do Ceará" — Ano I — Tomo I, 4.º Trimestre de 1887 — p. 366-367.

Paupina, juntamente com Parangaba e Caucaia, originadas a partir de processos semelhantes, são responsáveis pelo desenvolvimento, em grande parte, do tecido social que contribuiria mais tarde para o surgimento das Vilas de índios, tendo todas exercido um papel importante na história do Ceará. Esse processo nos revela como os diversos atores sociais buscaram seu papel naquele novo cenário, e como o poder central utilizou de suas ferramentas para impor seu poder controlador naquele pedaço da colônia. Como desfecho dessa odisseia, nasce então a lendária Messejana, filha de vários elementos fundadores.

Uma nova vila da América

Um dos fatores determinantes para a existência de Messejana como vila foi a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, não só na capitania do Ceará, mas também em toda a colônia. Até então essas terras não passavam de uma aldeia de índios, que ora era administrada pelos próprios índios, ora por capitães-mores, nos moldes em que eram administradas as demais aldeias do Brasil Colonial.

Na capitania do Ceará, com a fundação da Missão da Ibiapaba, em 1656, pelo Padre Antônio Vieira, é inaugurado um novo modelo de administração sob a coordenação

dos jesuítas, exercendo, a partir de então, o poder temporal e espiritual. Essa Missão tinha a função de estreitar a ligação e a comunicação entre as províncias de Pernambuco e do Maranhão, tendo em vista a grande distância existente.

Esse modelo de organização se consolidou com o surgimento do Real Hospício de Aquiraz¹⁰, fundado no ano de 1724, iniciando, assim, um ciclo onde se valorizava a figura dos jesuítas, a ponto de fundarem várias missões, como também serem responsáveis por suas administrações. É nesse contexto que a aldeia de Paupina passa a abrigar uma missão, em 1741, sendo nomeado para dirigi-la o Padre Ludovico Jacomé, tendo como seu auxiliar o Frei Manoel Diniz.

Passados dois anos de funcionamento, toma posse, à frente da Missão de Paupina, o Padre Stephanus Monteiro, tendo como seu auxiliar o Padre Antônio Pinto. Dando seqüência aos atos de posse, observamos a investida ao cargo, em 1745, do Padre Manoel de Lima, juntamente com seu auxiliar João de Sales.

Em 1746, permanece o Padre Manoel de Lima, tendo como seu auxiliar o Padre José Rocha. Em 1748, assume a Missão o Padre Antônio dos Reis, tendo como auxiliar o Padre Manoel Macedo.

10 MONTALBO, Aires de. *A aldeia de Paupina e outras aldeias*. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: Typ. Studart. 1969. P. 36.

Ao se observar os registros da época, percebe-se um espaço de nove anos sem a presença de religioso à frente do cargo. Somente em 1757, assume o Padre João de Sales, juntamente com seu auxiliar Antônio Dantas¹¹. Ainda há registros de que o Padre Antônio Dantas houvera dirigido, em 1741, a Missão de Parangaba por ocasião da implantação desta. Esse modelo administrativo durou dezoito anos, findando em 1759 com a expulsão dos Jesuítas do Brasil por ordem do Marquês de Pombal.

Na época das missões, a aldeia de Paupina era muito acanhada. Além de uma pequena capelinha que havia sido construída pelos índios, e cuja padroeira já era Nossa Senhora da Conceição, havia poucas casas, a maioria de taipa, além de alguns traçados de ruas que não iam além do entorno da capela, sem contar com a exuberante lagoa, tão grande e tão bela, muito diferente de como encontra-se hoje.

Passada a fase dos missionários, as aldeias existentes foram transformadas em Vilas de Índios através de alvará emitido pelo Governador de Pernambuco, em 04 de maio de 1758. Quatro meses depois, em 14 de setembro do mesmo ano, o Rei de Portugal Dom José, através de Provisão Régia, ordena a dissolução das missões e, por conseguinte, o confisco dos bens a elas pertencentes.

11 MAIA, Lígio. *Serras de Ibiapaba – De Aldeia à Vila de Índios: Vassalagem e Identidade no Ceará Colonial – Século XVIII*. Niterói. UFF, 2010. P. 397 a 401.

Embora o Alvará tratando da fundação da vila tenha sido emitido em maio de 1758, a autoridade da Capitania do Ceará, o Capitão-mor Francisco Xavier de Miranda Henrique, somente tomou conhecimento em janeiro de 1759. Ciente da nova ordem, tomou as devidas providências, ordenando a transferência para Pernambuco dos dezoito missionários que ainda se encontravam no Ceará e, em seguida, no dia 05 de maio de 1760, o envio dos mesmos de volta para a Europa.

Findo o período das missões, são criadas as vilas de índios. Com as mesmas características, juntaram-se à Vila Nova Real de Messejana da América, as seguintes vilas: Vila Real de Viçosa, atual Viçosa do Ceará; Vila Real de Soure, atual município de Caucaia; Vila Real de Arronches, atual distrito de Parangaba; Vila Real de Monte-mor Velho, atual município de Pacajus e, algum tempo depois, a Vila Real de Monte-mor o Novo da América, atual município de Baturité.

No caso de Messejana, a fundação aconteceu em 1º de janeiro do ano de 1760. Ainda cedo do dia, toda a comunidade já se aglomerava no espaço em forma de retângulo existente defronte à pequena capela erguida em homenagem a Nossa Senhora da Conceição. Convidados a toque de sino, praticamente todos os aldeões se dirigiram para o local demarcado como sendo a praça local e, lá, postados defronte à igreja, assistiram a cerimônia de Fundação.

Instantes depois, quando o sol já havia ganho altura e tinha a aparência de ouro se derretendo do céu sobre a mata que rodeava o lugar, surgiu um grupo de pessoas jamais visto nas redondezas. Vestidas de preto, e em tom solene, as mesmas faziam parte da Comitiva enviada pelo Governador Geral de Pernambuco com a missão de fundar a nova vila.

A dita comitiva era chefiada pelo Ouvidor Geral de Pernambuco, Bernardo Coelho da Gama Casco. Dela faziam parte também o Escrivão Luiz Freire de Mendonça e o representante da justiça conhecido como meirinho, Manuel Pereira Lobo, além de outras autoridades convidadas e seus ajudantes.

Muito antes daquele dia histórico, os preparativos para esse evento já haviam sido iniciados por uma junta de autoridades, em 1759. Na oportunidade, tal junta se encarregou da nomeação do Diretor e do Mestre de ensino, que fariam parte da administração da nova vila. Juntos, eles decidiram não só os nomes dos dirigentes, mas também as marcas a serem utilizadas no gado das vilas que fossem fundadas dali em diante¹².

12 LOPES, Fátima Martins. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII*. 2005. 700p. Tese (Doutorado em História do Brasil). Universidade Federal de Pernambuco. Recife. P. 105 a 107.

Antes de tratarmos da fundação propriamente dita, dissertaremos sobre a origem do nome Messejana. Muitas são as versões sobre ele, algumas sem o menor fundamento, ou mero fruto da imaginação. Duas, no entanto, sustentaram-se ao longo do tempo.

A primeira versão tem natureza ficcional, e foi trazida à tona pelo escritor José de Alencar, filho ilustre de Messejana, quando afirmou que o termo Messejana, em tupi guarani, significa “Lagoa Abandonada”.

No entanto, a versão melhor fundamentada pela maioria das fontes é a que apresenta o termo “Mosjona”, uma palavra de ascendência árabe deixada por aquele povo quando de sua ocupação no Continente Europeu, cujo significado é “Cárcere” ou “Prisão”, vocábulo esse que sofreu ao longo do tempo alterações de natureza linguística, culminando com a palavra Messejana. Essa ligação é comprovada ainda no século XIII, pois em Portugal já existia uma vila com o mesmo nome, além de um distrito na própria capital Lisboa, todos já registrando a grafia com duas letras “S”. Portanto, o nome Messejana é uma expressão trazida de Portugal, assim como outras que nomearam as várias vilas espalhadas por todo o Brasil¹³.

13 BEZERRA, Antônio. *O nome Mecejana*. "Revista. do Instituto do Ceará" — Tomo XXXI — 1917.

A Fundação de Messejana, como mencionado anteriormente, deu-se em 1º de janeiro de 1760. Reunidas em praça pública, as autoridades leram, para o conhecimento dos presentes, as ordens emanadas pelo Rei de Portugal D. José. Em tom solene e sobre as páginas de um enorme livro preto, o escrivão lavrou, usando pena e tinteiro, a Ata de Fundação da Nova Vila, que a partir de então passou a se chamar Vila Nova Real de Messejana da América.

O teor da Ata que segue abaixo foi transcrita do Livro “Notas para a História do Ceará”, página 232, de Guilherme Studart, editado pelo Senado Federal no ano de 2004.

ATA DE FUNDAÇÃO DA VILA DE MESSEJANA

Ao primeiro dia do mês de janeiro de 1760 annos nesta aldeia de Paupina no lugar da igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição lugar destinado para servir de Praça desta nova villa de que fica sendo orago a mesma senhora defronte ao terreno que fica medido e batizado para se fazerem as casas da Câmara dela onde foy vindo o Dor. Dezembargador Ouvidor Geral da Comarca de Pernambuco Bernardo Coelho da Gama Casco Juiz executor dessa diligencia e sendo ahy commigo Escrivão do seu cargo e o Meirinho Manuel Pereira Lobo estando junto e convocado todo este povo a toque de sino logo o dito Dor. e Dzor. e Ouvidor Geral em virtude das Ordens

Régias que já forão publicadas pelas quais manda sua majestade Fidelíssima reduzir a liberdade das suas pessoas bens e commercio a todos os índios que existem nesse Brazil para se regerem e governarem por si subjeitos só a jurisdição Real como foreanos dela mandando criar em villas as mesmas aldeias em que as sobre ditas assistem em virtude das ditas ordens ele dito Dor. e Dzor. e Ouvidor Geral na presença de todo esse povo levantar um pelourinho alto de madeira com seos braços por não haver pedra com suficiêcia o que se praticou no referido lugar na Praça desta villa que denominou com todo o termo e distrito e mais logradouros de que está de posse com o título de Villa Nova Real de Mecejana da América para daquy em diante se fazerem junto ao dito Pelourinho as arrematações e mais actos judiciaes pertencerem tanto a justiça como a Real fazenda em beneficio comum do Povo na mesma forma que se pratica nas mais cidades e villas destes reynos a que todos ficarão bem entendidos e scientes dizendo o em altas vozes vivas ao Sor. Rey Dom José de Portugal nosso senhor que mandou criar e para que a todo tempo constando todo o referido mandou fazer este termo que commigo Escrivão e Meirinho assinou ordenando o registro com as ditas ordens. Eu Luiz Freire de Mendonça Escrivão de diligencia o escrevy e assiney. Bernardo Coelho da Gama Casco, Luiz Freire de Mendonça, Manuel Pereira Lobo.

Após a fundação, entre o segundo e o quinto dia, Bernardo Coelho da Gama Casco fez a abertura dos pelouros¹⁴ e as eleições daquele ano. O resultado desse pleito culminou com a eleição dos seguintes membros:

- Para juízes, o Mestre de Campo Francisco Ferreira Pessoa e o Capitão João da Silva Capelim;

- Para vereadores, foram eleitos Daniel Ferreira Pessoa, Capitão Izidoro dos Santos e Antônio de Farias;

- Para Procurador foi eleito o Cabo de esquadra José Tavares;

- Para Almotacés (antigo oficial municipal encarregado da fiscalização e da segurança), foram eleitos o Capitão-mor Antônio Correia de Moraes, Capitão Sebastião Pinheiro, Sargento-mor Sebastião dos Santos, Alferes Thomé da Silva, Capitão Francisco da Rocha, Caetano Gonçalves, Capitão Domingos Ferreira e o Alferes Apolinário Dias;

14 O sistema de Pelouros “foi fixado pela lei de 12 de junho de 1391, dita Ordenação de pelouros. Por esta lei de D. João I, os juizes, vereadores e procuradores dos concelhos deixavam de ser eleitos pela Assembleia Geral do concelho. Em cada concelho organizar-se-iam, permanentemente, lista de pessoas idôneas ao exercício dos cargos. Cada nome aí recenseado seria escrito em papel, encerrado numa bola de cera (chamada pelouro pela sua parecença com o feitio de balas) guardadas numa arca de pelouros, de onde se fazia o sorteio dos homens que exerciam cargo a cada ano.” In: Capela, José Viriato. *Eleições e sistemas eleitorais nos municípios portugueses de Antigo Regime*. In: Cruz, Maria Antonieta (org.). *Eleições e sistemas eleitorais: perspectivas históricas e políticas* (em português). Porto: U. Porto Editorial, 2009. P. 37.

- Para Alcaide e Carcereiro foi eleito Izidoro Fernandes;

- Para a função de Porteiro foi eleito José Pinheiro¹⁵.

Concomitante com a vila foi inaugurada também a Freguesia, órgão encarregado de dirigir os destinos da igreja. Essa iniciativa cumpria ordens do Governador Geral de Pernambuco, emitida através de Provisão datada de 15 de maio de 1759, determinando que esta fosse instalada no mesmo dia e hora da instalação da vila. Fizeram parte da Primeira Freguesia os seguintes Vigários: Manuel Pegado de Siqueira Cortes, Caetano Ferreira da Silva (Coadjutor), Bento Glez, Antônio da Costa Barros (vigário que teve o privilégio de batizar o escritor José de Alencar) e o Padre Pedro Antunes de Alencar.

Com a vila legalmente fundada e a equipe de administradores devidamente instituída, iniciou-se o processo de partilha dos bens confiscados dos jesuítas por ordem do Marquês de Pombal. Ao término do inventário, os bens ficaram assim distribuídos:

- Nossa Senhora da Conceição: 20 vacas, 25 bois, 5 éguas e 4 cavalos;

15 HENRIQUE, J. História da Pátria. Constituição, Fortaleza, n. 5, Ano XX, 1882, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=235334&PagFis=5484>>. Acesso em: 20 de agosto de 2013.

- Vigário da paróquia: 8 vacas, 1 égua e 1 cavalo;
- Coadjutor: 6 vacas, 1 égua e 1 cavalo;
- Diretor: 2 cavalos;
- Mestre de Obras: 5 vacas, 1 égua e 1 cavalo;
- Capitão-mor: 4 vacas 1 égua e 1 cavalo;
- Sargento-mor: 3 vacas;
- Capitães: 2 vacas para cada um;
- Ajudante: 1 vaca e 1 cavalo;
- Alferes: 1 vaca para cada um;
- Mestre-escola: 1 cavalo;
- Para subsidiar a construção da Casa da Câmara e Cadeia, foram destinados 6 cavalos e 2 carros.¹⁶

As terras pertencentes agora à nova vila foram herdadas da antiga aldeia de Paupina, oriundas de grandes porções adquiridas ao longo do tempo a partir de várias sesmarias doadas pelo Rei de Portugal, atendendo diversas petições feitas pelas lideranças indígenas locais. Uma das principais lideranças foi Capitão Tomé da Silva Campelin, índio da nação potiguar e filho do principal, que, sob a sua liderança, a aldeia conseguiu se estender desde as terras da Pacatuba e Jereraú até o sopé da Serra de Maranguape e da barra do rio Cocó até a barra do rio Pacoti.

16 STUDART, Guilherme, História do Ceará. In: RIBEIRO, Esaú Costa. *Memorial e História de Messejana*. Fortaleza: Editel, 1982. P. 35.

A partir da criação da vila e posteriormente, com o advento da Lei de Terras, onde os brancos alegavam que não havia mais índios no Ceará, as sesmarias foram transformadas paulatinamente, ao longo do tempo, em grandes sítios, muitos deles perpetuados até os dias de hoje, pois os seus nomes originais continuam servindo de referência para vários bairros da grande Messejana.

Dentre os sítios daquela época, pode-se destacar o Sítio Alagadiço Novo, adquirido pelo Senador José Martiniano de Alencar. Foi lá que nasceu o escritor José de Alencar, em 1º de maio de 1829. Aquela propriedade também foi pioneira no cultivo da cana-de-açúcar, além de outras iniciativas, dentre elas a instalação por parte de seu proprietário do primeiro engenho a vapor do Ceará. Outra propriedade importante era o Sítio São Cristóvão, fundado pelo Coronel Tristão Antunes de Alencar, o primeiro Prefeito de Messejana. Além destes, podemos ainda citar os sítios Curió, fundado por Antônio Alexandrino da Cunha Lajes; Ancori, fundado pelo Major João Leonel de Alencar; Guajeru, por Antônio da Silva Porto; Jangurussu, por Urbano da França Alencar; Cambeba, pelo Padre Carlos Augusto Peixoto de Alencar; e Trairá, fundado por João Assunção.

Esses sítios tinham como uma de suas características principais uma administração rígida e conservadora, aos moldes da época. Em suas terras eram cultivados

cana-de-açúcar, mandioca e frutas, principalmente mangas e cajus, além de uma intensa atividade pastoril.

Com tanta terra e com tanta fartura, a vila não teve dificuldade em se solidificar, não fossem os problemas políticos que logo começaram a aflorar. Em menos de um ano à frente dos destinos da vila, o Diretor João Caetano Martins se encontra às voltas com denúncias de maus tratos aos índios, entre outras. Em vista disso, o Governador Geral de Pernambuco, a quem a Capitania do Ceará estava subordinada, exonera-o e nomeia, para substituí-lo, o Sr. Florêncio de Freitas Correia.

Após esse fato, pouco se tem registro da vida cotidiana da Vila, como se Messejana tivesse passado despercebida. Tal fato não é estranho, visto que no Brasil Colônia era comum tal situação ocorrer, muitas vezes em virtude de desavenças com a Coroa ou com o poder da colônia, resultando em severas sanções à vila.

Apesar da apatia administrativa nesse período, a Vila de Messejana testemunhou, no primeiro quarto do século XIX, a ação de um dos movimentos políticos mais autênticos já acontecidos no Ceará. Na noite de 25 de abril de 1824, a vila serviu de quartel-general para os revolucionários Tristão Gonçalves e Pereira Filgueiras, líderes da Confederação do Equador. Associada a essa luta, a Câ-

mara de Messejana, juntamente com a de Fortaleza e a de Aquiraz, além de diversas outras do interior do estado, foi membro ativo nos debates durante uma Assembleia Geral acontecida no Palácio do Governo, presidida por Tristão Gonçalves e secretariada pelo Padre Mororó, que resultou na elaboração da Constituição da República do Equador.

Sessão extraordinária e grande conselho provincial

Aos 26 dias do mez da Agosto de 1824, 3 da independência e 1 da liberdade do Brasil, e confederação das províncias unidas do Equador n'esta cidade de Fortaleza, capital de Ceará, na sala do governo onde se achavam a Exm. Sr. Presidente do governo da província, Tristão Gonçalves d'Alencar Araripe os vogaes do conselho, o Exm. Sr. Governador das armaas os Srs. Ouvidores das duas camaras e senado da câmara d'esta cidade e das vilas do Aquiraz e de Messejana, com os procuradores das demais camaras da província, presentes os Revs. Parochos das freguesias, e na sua falta os seus procuradores, os chefes dos corpos militares de 1, 2 e 3 linha, ou seus procuradores, os eleitores de parochia.¹⁷

17 NETO, Felipe Alves de Freitas. *Muito Além dos Muros do Forte*: as dinâmicas que propiciaram a anexação do antigo município de Messejana a Fortaleza em 1921 e os seus desdobramentos. Premius Editora. Fortaleza. 2011. P. 40.

Perseguida ou não, o fato é que Messejana não demoraria muito a sofrer um grande revés político. Por obra do destino, esse desastre viria a cair no colo justamente de José Martiniano de Alencar, pai do escritor José de Alencar, então Presidente da Província do Ceará à época. Esse episódio fatídico aconteceu em 13 de maio de 1833, através de uma Resolução do Conselho da Província do Ceará, cujo teor era a extinção da Vila de Messejana, ação essa que foi revertida graças à atuação da Câmara de Messejana, vitória que infelizmente duraria pouco.

Mesmo constrangido com a situação pela qual Messejana passava, o Presidente José Martiniano de Alencar dava continuidade ao projeto de abertura de uma estrada carroçável ligando Messejana à capital. Oriunda da Lei 45, de 15 de março de 1836, essa obra levou um século para ficar pronta. O primeiro trecho que compreendia o perímetro entre as ruas Conde d'Eu e Duque de Caxias somente recebeu as primeiras pedras no ano de 1870.

Em 22 de dezembro de 1839, através da Lei 188, a Vila de Messejana foi impiedosamente extinta, ficando seus munícipes à mercê das migalhas enviadas pela capital.

Lei 188

Artigo 1º – Fica extinta a Vila de Messejana e o seu termo dividido em duas partes, pertencendo uma parte ao termo de Fortaleza e a outra ao da Vila de Aquiraz, cuja divisão será pelo Riacho Precabura, como antigamente, até a Serra do Limão e daí pelo cimo da Cordilheira das serras altas a do Manuel Dias e estremar com Baturité.

Artigo 2º – O Presidente da Província fica autorizado a fazer arrecadar os arquivos e mais pertences da municipalidade extinta para unir-se aos arquivos da Câmara da Capital, fazendo, igualmente, arrecadar e distribuir pelos escrivães competentes os feitos dos cartórios do juízo municipal e de órfãos daquele lugar.

Artigo 3º – Os proprietários de casas, sítios de plantações e mais terras forenses da vila extinta continuarão a gozar de seus aforamentos na maneira por que cada um os obteve sem que lhes possam ser alterada; e da mesma maneira ficarão os índios gozando da mesma posse e privilégios que lhes competem.

Artigo 4º – O Presidente da Província expedirá as convenientes ordens para pronta execução da presente lei que revogará todas que lhe são contrárias.

22 de dezembro de 1839

João Facundo de Castro Menezes

Presidente da Província do Ceará.

Desde a formação da Aldeia, que ao longo dos séculos acumulou uma vasta área territorial, pela primeira vez os que ali moravam ficaram desprovidos de parte de suas terras, pois dali em diante uma parte foi destinada para a capital e outra para a Vila de Aquiraz. Esse fato permitiu a criação do município de Pacatuba, ainda em parte do que fora suas terras, fato ocorrido em 1869. O Decreto 1239, de 23 de novembro de 1878, transformava o que sobrara do território da vila em distrito de Fortaleza, agora com área bastante reduzida.

Após a consumação desse ato lastimável, Messejana ficou sob a administração da Capital. Entre os anos de 1839 e 1868 não se teve notícia de nenhuma intervenção a favor da comunidade, agora órfã de sua autonomia. Somente em 1869 o poder da capital se manifestou, mandando construir em Messejana um cemitério público. Para tanto, a Câmara Municipal da Capital aprovou a Lei 1306, referente ao orçamento das despesas para aquele ano, onde destinava, em seu artigo 59, parágrafo 2º, a quantia de um conto de réis para a construção do referido cemitério.

Foi nessa década, também, que a comunidade do povoado de Messejana teve a oportunidade de saber pela primeira vez sobre o seu filho mais ilustre. Em 1865, José de Alencar publicava o seu romance “Iracema”, cujo pano

de fundo retratava as paisagens, a fauna e as nações indígenas que habitavam o Ceará.

Nesse romance, ele também enaltece a Lagoa de Messejana, famosa por sua beleza e por ter servido como cenário onde a índia Iracema costumeiramente se banhava depois que vinha do Ipu em disparada carreira.

Após a boa intenção da Câmara da Capital, somente em meados da década de 1880 o Governo da Província resolve tirar do papel o projeto de construção do prédio da Câmara de Messejana, concebida através da Lei 2033 de 18 de dezembro de 1882 e tornada realidade no ano seguinte. De características simples, o prédio tinha dois pavimentos. O pavimento superior era composto de dois salões, onde funcionava a prefeitura, já que o município recentemente havia retomado sua autonomia. Nesse espaço, concentrava-se todo o mobiliário, composto de cadeiras, mesas, estantes, bancos, porta-chapéus, entre outros. Além desses apetrechos, havia também um relógio, uma balança, um grande cofre, mapas e bandeiras. Na parte inferior funcionava a Cadeia Pública. Nos fundos do prédio funcionava o curral onde eram apreendidos os animais que perambulavam na área urbana da vila. Esse prédio localizava-se na parte central da Praça da Matriz de Messejana, com a fachada principal de frente para a igreja e os fundos para a lagoa de Messejana.

Apesar de ter sido a sede do poder máximo em Messejana por quase meio século, o prédio foi demolido entre os anos de 1939 e 1940, por ordem do Prefeito de Fortaleza à época, Raimundo de Alencar Araripe. Embora não se possa mais ver sua exuberância, os seus alicerces ainda podem ser encontrados sob o piso da Praça da Matriz. Sobre esse acontecimento triste para a comunidade de Messejana, segue abaixo a transcrição de um trecho do discurso proferido em 04 de setembro de 1940, pelo vice-presidente do Instituto do Ceará, Desembargador Álvaro Gurgel de Alencar.

A DEMOLIÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL DE MESSEJANA

Em agosto findo, logo depois do dia 18, portanto, depois do artigo publicado na ‘Gazeta de Notícias’ pela ilustrada redação desse conceituado jornal, sob a epígrafe – ‘Antigo Solar das Extintas Municipalidades de Messejana’, fazendo ver que não devia ser demolida a velha e sólida casa histórica, apressou-se a Prefeitura Municipal em fazer trabalhar o camartelo demolidor.¹⁸

Após quase quarenta anos de extinta, a vila foi tomada novamente por notícias alvissareiras, trazidas à

18 A DEMOLIÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL DE MESSEJANA. In: Revista do Instituto do Ceará. TOMO LIV Fortaleza, 1940, p. 70-71.

luz por intermédio da Lei 1773, de 23 de novembro de 1878, que restabelecia a sua autonomia política, fato logo arrefecido pelos graves problemas que assolavam o Ceará naquele período, dentre eles a grande seca e a epidemia de varíola, que em Messejana provocou centenas de vítimas, todas sepultadas no cemitério recentemente construído.

Antes, porém, em 12 de outubro de 1871, quando Messejana ainda era tida como um simples povoado, foi criada então a segunda Freguesia, através da Lei 1445. No entanto, somente em 20 de fevereiro de 1873 a Freguesia é instituída conforme provisão episcopal emitida por D. Luis Antônio dos Santos, Bispo do Ceará à época. Lei 1445 criando a segunda Freguesia de Messejana:

Art. 1º – Fica criada uma Freguesia na Povoação de Messejana e ereta em Matriz a capela de Nossa Senhora da Conceição, que ali se venera.

Dada no Palácio do governo da Província do Ceará, aos 12 de outubro de 1871, quinquagésimo da Independência e do Império.

Os padres que assumiram a paróquia de Messejana desde então são os seguintes: José Ferreira da Ponte (1873-1875), Belarmino José de Sousa (1875-1877), Luiz Bezerra da Rocha (1877-1878), Vicente Ferreira da Ponte (1878), Benedito de Sousa Rego (1878-1881), Luiz

Barbosa Moreira (1881-1902), Irineu Pinheiro Bezerra de Menezes (1902-1910), Raimundo Martins Dias (1910-1911), Pedro de Abreu Pereira (1911-1913), Frei Roberto de Castelanza (1913-1918), Climério Chaves (1918-1922), Frei Marcelino de Milão (1922-1924), Joaquim Severiano de Vasconcelos (1924-1931), Francisco Lima de Freitas (1931-1937), Frei Cirilo de Bergamo (1937-1938), Francisco Pereira da Silva (1938-1980), Antônio Souto da Silva (1980-1990), José Maria Cavalcante Costa (1990-1992), Gilson Marques Soares (1992-1995), Carlos Alberto Monteiro de Andrade (2001), Paulo Ernando Nogueira Barbosa (2001), Alderi Leite de Araújo (1995-2006), Daniel Moraes de Sousa (2006 -).¹⁹

Nessa época, em razão da seca inclemente, muitos eram os retirantes que todos os dias chegavam à Messejana, vindos de todos os rincões do Ceará. Diante de tal calamidade, o governo da província abriu várias frentes de trabalho para atender aos flagelados. Em Messejana, obras foram construídas pelos retirantes, dentre elas: pavimentação das ruas em torno da igreja Matriz, a Cacimba da Praça da Matriz, o calçamento do trecho entre o Seminário Seráfico e Cajazeiras, o Calçamento da Rua José Hipólito e o aterro da Lagoa, área que hoje serve de leito para a Avenida Frei Cirilo. Embora tenham sido tempos difíceis,

19 AMARAL, Ernesto Matos Gurgel do. *História de Messejana*. Fortaleza: 1996. Sociedade Educadora de Messejana. Pág. 37 e 38

ao findar aquele período de flagelo e grandes dificuldades, Messejana encontrava-se mais aparelhada e preparada para encarar o novo século que se avizinhava. É também nesse período que alguns trechos de estrada que davam acesso à Messejana receberam melhorias, tal como o trecho que ia de Cajazeiras até a Capela dos Frades, tudo isso acontecido nos idos de 1879.

Ainda na década de 1870 foi aprovada a lei que previa a melhoria dos transportes entre as duas localidades. Basicamente, tal lei propunha a colocação de trilhos de ferro e a conseqüente exploração dos serviços entregue a terceiros. Após várias tentativas e já tendo passado quase um século da aprovação do projeto, os trilhos enfim chegaram às margens do aterro da lagoa de Messejana, já no ano de 1925, permanecendo lá por um tempo. Quanto às locomotivas, estas nunca andaram sobre eles. Como forma de minimizar a situação, foi dada ao Sr. Antônio Fiúza Pequeno autorização para explorar o trecho, utilizando bondes adaptados com rodas de ferro, que assim pudessem fazer a função do trem. Apesar do esforço, a experiência fracassou, pois o bonde sendo um veículo de pouca potência e peso inadequado, não conseguia tração sobre os trilhos, principalmente na subida das Cajazeiras e do Alto da Balança. Nesses trechos a travessia era um “Deus nos acuda”. Sem a tração e a força necessárias, o veículo ia além de sua capacidade, chegando a produzir

sons estranhos. Por causa disso, os passageiros o apelidaram de Pata Choca.

Logo nos primeiros meses de 1881, mais precisamente em 20 de fevereiro, a Vila de Messejana era reinaugurada. Nessa fase, os messejanenses foram contemplados com várias outras obras importantes, dentre elas a construção do Mercado Público e da Cacimba da Praça do Mercado. Essas obras foram iniciadas no ano de 1888 e concluídas no ano seguinte.

Outro acontecimento importante ocorrido nesse período foi a iniciativa da Vila de Messejana em aderir à declaração de Acarape. Esse fato aconteceu em 20 de maio de 1884. Essa iniciativa possibilitou à vila, recentemente restabelecida, libertar os 24 escravos ali existentes, proeza essa que custou aos cofres da municipalidade a quantia de 2.140\$000 (Dois contos e cento e quarenta mil réis). Esse feito foi realizado antes mesmo de Fortaleza, que só veio a libertar os seus escravos quatro dias depois.²⁰

Após mais de dois séculos sob a tutela da Coroa Portuguesa e do Império, Messejana, assim como as demais vilas do Brasil, começava a respirar os ares da República, novo sistema político em vias de ser implantado no Brasil.

20 RIBEIRO, Esaú Costa. *Memorial e História de Messejana*. Fortaleza: Editel, 1982. P. 53.

Em 1890, com o novo sistema já em funcionamento, a situação política local começava a se normalizar, pois desde a retomada de sua autonomia, o poder local era exercido apenas pelos vereadores. Somente em 21 de abril de 1890, através do Decreto número 23, assinado pelo Vice-presidente da província Benjamim Liberato Barroso, foi reformulado o funcionamento das Câmaras Municipais, promovendo eleições diretas com mandatos de quatro anos e criando também a figura do Intendente (Prefeito), que seria escolhido pelo conjunto dos vereadores eleitos.

Na primeira eleição realizada em Messejana, em 29 de maio de 1892, foram eleitos os seguintes vereadores: Tristão Antunes de Alencar, Antônio da Silva Porto, Vicente Ferreira Martins, Benjamim do Amaral Lima, Manuel de Matos, e Sebastião Barbosa. Após a eleição, os vereadores escolheram o nome do Coronel Tristão de Alencar como Intendente, para exercer o mandato de quatro anos, indo de 1892 a 1896. Então, Tristão de Alencar foi o Primeiro Prefeito de Messejana.

Na legislatura seguinte, que compreendia o quadriênio 1896-1900, foram eleitos seis vereadores, encabeçando novamente a votação o Cel. Tristão de Alencar. Mesmo não tendo sido eleito para este presente pleito, o Major Vicente Ferreira Martins é ungido ao cargo de Intendente, já que um ano antes havia sido aprovada uma lei dando ao Presidente

da Província a prerrogativa de nomear os Intendentes das vilas, exceto o da capital. Portanto, usando dessa prerrogativa, o presidente nomeia o Major Vicente Ferreira Martins. Desde então ele foi sucessivamente nomeado, exercendo os mandatos compreendidos entre os anos de 1896 a 1908.

O pleito realizado em 1º de maio de 1904 elegeu oito vereadores. Na lista, figura novamente o nome do Cel. Tristão de Alencar. Infelizmente ele não pode concluir seu quarto mandato, em virtude de seu falecimento ocorrido em 23 de março de 1907.

A Administração do Major Vicente Ferreira Martins foi profícua para Messejana. Sua obra principal foi a urbanização da Praça da Matriz, que até então se encontrava em péssimo estado. Por sua iniciativa foram plantadas vinte mudas de mangueiras, sendo dez em cada lado da praça, estendendo-se desde a calçada da Igreja até as margens da lagoa de Messejana. Quem passar hoje pela praça ainda poderá contemplar algumas dessas árvores, que mesmo com toda a agressão sofrida ao logo do tempo, ainda resistem, sendo testemunhas de uma época.

Naquele início de século era possível se vislumbrar no entorno da área central de Messejana cerca de mil pés de mangueiras, muitas delas já com quase dois séculos de existência. Além dessas árvores magníficas, caso alguém

quisesse ver mais longe, bastava subir na torre da igreja, certamente de lá, poder-se-ia vislumbrar os espelhos d'água das Lagoas da Paupina e da Precabura.

Com a prerrogativa de nomear e exonerar, o Presidente da Província nomeia, para o cargo de Intendente de Messejana, o Sr. Teodoro Fernandes de Melo, que administrou a vila de 1908 a 1913, quando foi substituído por Antônio Teófilo Bezerra, que ficou à frente da Intendência de 1913 a 1914. Nesse meio tempo, o titular é obrigado a se afastar por motivo de doença. Com o cargo vago, assume interinamente o poder o Cel. Francisco Pereira da Silva, presidente da Câmara naquela ocasião. Embora com uma permanência curta à frente dos destinos de sua cidade, o Cel. Francisco Pereira se deparou com uma situação até então não vista na vila.

Da noite para o dia ele se viu na obrigação de fazer o papel de articulador para apaziguar um grupo de jagunços advindos de Juazeiro do Norte sob as bênçãos do Padre Cícero, quando de sua investida objetivando a derrubada do governo de Franco Rabelo.

Embora parte do grupo aparentasse passividade, houve relatos de indivíduos que se dispersaram do grupo e aterrorizaram os moradores do Jangurussu, chegando a praticar atos de extrema violência.

Após esse episódio, o Ciclo da Intendência foi interrompido em 1914, quando a Lei 1190, de 05 de agosto, muda a denominação de Intendência para Prefeitura. Esse novo ciclo é marcado pela incidência de brigas políticas intensas que muito afetaram as administrações das vilas. No caso de Messejana, em especial, somente no período de um ano, entre 1913 e 1914, foram nomeados três intendentess, sendo o último o messejanense Antônio de Alencar Araripe. Após as eleições estaduais realizadas em 15 de maio de 1914, que culminou com a eleição do General Benjamim Liberato Barroso, este mantém o Sr. Antônio de Alencar Araripe à frente do poder em Messejana, sendo que agora na condição de prefeito, mandato que ele cumpriu até 1º de outubro de 1915, quando pediu demissão.

Antes de prosseguir, gostaria de me ater a um caso ocorrido em Messejana em 1915. Ao tomar posse no cargo de prefeito, o Sr. Antônio Pinto de Sá Barreto deparou-se com uma situação no mínimo constrangedora. De repente ele percebeu que na vila existiam duas Câmaras, uma formada pelos vereadores legalmente eleitos e outra formada pelos vereadores que haviam ficado na suplência.

A título de ilustração, segue abaixo a transcrição de um texto escrito pelo historiador Esaú da Costa Ribeiro em seu livro “Memorial e História de Messejana”:

Exatamente um mês depois da posse do Prefeito Sá Barreto e há três anos de funcionamento normal da Câmara eleita em 1912, apareceu um caso que aparentava a existência de duas Câmaras em Messejana. Um jornal de Fortaleza publicou a notícia enviada pelo seu correspondente ali, de que a Câmara Municipal havia se reunido, extraordinariamente, com a participação de dois vereadores que se diziam presidente e vice-presidente e três suplentes em exercício, com o fim especial de enviar ao Presidente Liberato Barroso moção de solidariedade política e de apoio, ‘pela patriótica orientação de Sua Excia’. Tem demonstrado com abnegação e civismo no angustioso momento que atravessa o Estado. Seis dias depois, o mesmo jornal publicou o seguinte: Reuniu-se no dia três corrente em sessão extraordinária a Câmara Municipal de Messejana com a presença dos natos Major Reinaldo da Silva Matos (Presidente), Francisco Pereira Candeia (Vice-presidente), Antônio Pereira Cavalcante Sobrinho, João Matias Falcão, Francisco Pereira da Silva e Antônio de Barros Lima. Tratado o assunto que motivou a convocação da referida Câmara, foi feita após unânime aprovação, um ofício que levariam ao Exmo. Sr. Presidente do estado solicitando de Sua Excia. A construção de um poço profundo no lugar de pedras. No dia 10 seguinte, referido

jornal estampou severa admoestação à Câmara dos cinco vereadores. Do que foi publicado vão a seguir algumas passagens: O Sr. (Presidente da Câmara) pretende fazer acreditar, primeiro que a maioria dos vereadores eleitos em 1912 perderam o mandato por não haverem tomado parte nos trabalhos em oito sessões consecutivas; segundo que s.s é o legítimo presidente da Câmara daquele lugar... sabe-se há muito tempo que tais sessões não eram anunciadas por edital afixado em Messejana e ainda mesmo anunciadas pela imprensa; até o prédio da Câmara podia ser considerado ausente porque as atas eram escritas fora do município... O Sr. esqueceu-se, porém, de fazer publicar que o digno chefe do Estado não deu resposta à semelhante comunicação nem mandou marcar tempo para a eleição dos novos vereadores como cumpria que se fizesse se o alegado fosse coisa séria. De tudo quanto escreveu o senhor, sobre o assunto, uma coisa disse com razão: não há dualidade de Câmara em Messejana pelo simples fato de não estarem mortos, nem decaídos, nem mudados os vereadores eleitos em 1912.²¹

Foi sob esse clima de instabilidade que o Sr. Antônio Pinto de Sá Barreto assumiu, em 1915, a Prefeitura de

21 RIBEIRO, Esaú Costa. Op. Cit. P. 53 e 54.

Messejana. Após um ano de mandato, e com a realização de mais uma eleição em 1916, foi nomeado pelo Presidente do Estado, João Tomé de Sabóia e Silva, o Sr. Edmundo Leonel de Alencar. Em 1920, depois de cumprido um mandato de quatro anos, o senhor Edmundo Alencar foi novamente conduzido ao cargo, devido, em grande parte, a sua atuação à frente da vila na legislatura anterior. Embora o seu mandato fosse até o ano de 1924, em 31 de outubro de 1921 foi repentinamente interrompido, motivado pela Lei 1913. Essa lei extinguiu de uma só vez as vilas de Messejana e Parangaba, medida tomada por Justiniano de Serpa, Presidente do Estado à época.

LEI 1913, de 31 de outubro de 1921

Art. 1º – São suprimidos dos municípios de Messejana e Parangaba, e anexados seus territórios ao município de Fortaleza.

Art. 2º – Os limites de Fortaleza com o município de Aquiraz serão os seguintes: Da barra do Cocó à lagoa da Precabura, daí pela levada afora até ao meio do Sítio Tahimbé, ficando as casas para o município de Fortaleza; ao sítio Guajerú, à lagoa de Francisco Pereira, onde nasce a levada que vem servindo de extrema, desde a lagoa da Precabura, daí pela Estrada do Cajueiro Torto ao Ancori à Varzea Nova; desse ponto, pela estrada de Pacatuba até os limites de Messejana com o município de Pacatuba, que passaram a ser de Pacatuba com o Aquiraz.

Art. 3º – Os limites entre os municípios de Fortaleza e Maranguape ficam determinados do seguinte modo: da ponta setentrional da Serra da Taquara na raiz da mesma, onde passa a estrada Urucutuba; por esta seguirá até Tapera Urucutuba, e daí por uma reta que vai encontrar a estrada de rodagem de Fortaleza a Maranguape, servindo de ponto à casa dos herdeiros de Antônio Martins de Barros, no Siqueira, e atravessando a mesma estrada continuará por um caminho, em frente à referida casa, até o Rio Maranguapinho ou Siqueira e daí por uma linha que, passando pelas fazendas Santo Amaro, do Cel. Arlindo Gondim, Gabriel Gonçalves, vá encontrar o quilômetro 14, na estrada de Ferro de Baturité, entre as estações de Mondubim e Pajuçara, deste quilometro seguirá em linha ao nascente até a estrada de rodagem de Fortaleza a Pacatuba, fazendo ponto no lugar onde faz extrema a fazenda Acaracuzinho, do Cel. Antônio Diogo de Siqueira, com as terras de Luiz José de Oliveira (Ventania), e subindo pela mesma estrada até as terras da Fazenda Pajuçara de Rodolfo Teófilo e daí pelos limites atuais com o município de Pacatuba, ficando as fazendas dos herdeiros de Antônio Martins de Barros, do Cel. Arlindo Gondim e Gabriel Gonçalves para o município de Fortaleza, a do Cel. Antônio Diogo para o município de Maranguape, e a de Rodolfo Teófilo para o de Pacatuba.

Art. 4º – Serão mantidas as coletorias respectivas nos territórios dos municípios suprimidos, excetuadas as partes que passarem a pertencer aos municípios de Aquiraz e Maranguape.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Presidência do Ceará, 31 de outubro de 1921

Justiniano de Serpa

Presidente do Estado do Ceará.²²

Com mais esse golpe, Messejana volta à situação humilhante que vivera há quase um século atrás. Sem rumo e sem autonomia, não foi considerada sequer como povoado. Muitos a mencionavam como arrabalde de Fortaleza, um lugar esquecido. Nesse período, a “Terra de Iracema” testemunhou o sepultamento da Velha República e o autoritarismo de Getúlio Vargas sem nada poder fazer, pois era apenas um apêndice da capital.

Quando da decretação da extinção, convidaram o Sr. Edmundo Alencar para continuar à frente do município até sua liquidação, mas ele não aceitou. Para essa tarefa foi indicado o Dr. Edgar de Alencar, que o dirigiu até março de 1923, quando foi liquidado por completo. Mesmo sem

22 Coleção das Leis do estado do Ceará-1921, 30 volume – 1 parte, p. 92 e 93. Tipografia Gadelha – Fortaleza - Ceará. 1921.

autonomia no período, o município de Messejana ainda participou do Congresso dos Municípios do Ceará, ocorrido em junho de 1922.

Sem autonomia, Messejana retornou novamente para o limbo. Durante o período entre os anos de 1923 e 1935, a região passou por um período de grande desatenção por parte da Capital, somente vindo a receber alguma benfeitoria no ano de 1934. Nesse ano, os senhores Miguel Badi Amed e Joaquim Nogueira iniciaram a exploração de uma linha de ônibus que mais tarde veio a se chamar Empresa Sant'Ana. Esse negócio prosperou até o ano de 1949, quando seus proprietários o transferiram para o Sr. Hugo Porto, que, em seguida, transferiu-o para o Sr. Paulo Benevides, que mudou a denominação da empresa para Viação Cruzeiro.

Somente em 1936, com a posse do messejanense Raimundo de Alencar Araripe no cargo de Prefeito de Fortaleza, algumas medidas foram tomadas, principalmente em prol das vilas que haviam sido extintas há mais de uma década. É na sua gestão, em parceria com a Inspetoria de Obras Contra as Secas, atual DNOCS, que é enfim concluído todo o calçamento da estrada de Messejana. Esse trecho de onze quilômetros foi asfaltado pela primeira vez no ano de 1948, na gestão do Prefeito de Fortaleza Acrísio Moreira da Rocha.

O distrito de Messejana

A configuração geográfica do distrito de Messejana ficou ainda mais reduzida quando foi extinta pela segunda vez. Seus limites ficaram estabelecidos da seguinte forma: ao sul, pelo rio Coaçu e pelo rio Pacoti; a leste, pelo oceano Atlântico; a oeste, pelo rio Cocó e o Serrote do Ancori e; ao norte, pelo rio Cocó.

Anos depois de abandonada pela capital, Messejana recebe um aparelhamento administrativo. Por obra do Decreto 1156, de 04 de dezembro de 1933, são criados simultaneamente os distritos de Messejana e de Mondubim, unidades essas que mais tarde se juntariam aos distritos de Alto da Balança, Barro Vermelho (atual Antônio Bezerra), Parangaba e Pajuçara, formando, naquele ano, a geografia política de Fortaleza, baseado na Lei Orgânica dos Municípios, cujo texto ditava que os distritos originários de municípios supressos, ou que tivessem renda superior a oito contos de réis, poderiam ter Junta Distrital composta por três membros eleitos pela Câmara Municipal do município ao qual pertencesse, e que esse mandato seria de dois anos, além de um subprefeito nomeado pelo prefeito da capital.

Em 1936, a Câmara Municipal de Fortaleza realizou a eleição para a escolha das juntas distritais das vilas

supressas de Parangaba e Messejana, que agora faziam parte de seu território. Para representar o distrito de Messejana foram eleitos os seguintes membros: João Alves Nogueira, com 14 votos; Luís Bastos, com 9 votos; e Sebastião Lopes, com 8 votos.

Após a proclamação dos resultados, a posse destes deu-se em 30 de dezembro de 1936. Logo em janeiro foi nomeado para Subprefeito de Messejana o Sr. Pedro Façanha de Sá, que ficou no cargo até dezembro de 1938.

Nessa época, embora fossem tempos difíceis, pois já se ouviam notícias de que se iniciava uma grande guerra mundial, tinha-se a impressão de que os bons tempos se aproximavam mesmo Messejana não tendo mais sua autonomia política.

Como uma boa nova, o transporte ligando o Distrito à capital tendia a se normalizar, embora historicamente tenha causado mais problema do que solução. O Hospital do Coração havia sido instalado há pouco tempo, às margens da Av. Frei Cirilo. Sobre isso é importante ressaltar que o prédio foi construído na terra de Iracema não por acaso, mas porque dentre todos os lugares pesquisados para a colocação desse tipo de equipamento, o mais compatível foi o distrito de Messejana, por vários motivos, mas, principalmente pelo seu clima estável.

Além do Hospital e da melhoria do tráfego entre as duas localidades, o distrito de Messejana presenciou o florescimento de várias escolas espalhadas pela sua periferia, além da inauguração da luz elétrica e da fundação de várias entidades, dentre elas o Messejana Esporte Clube, em 28 de setembro de 1938, e o Balneário Clube de Messejana, em 19 de setembro de 1960.

Sem se importar com a guerra, Messejana foi seguindo seu caminho. Embora não houvesse mais notícias da continuidade das Juntas Distritais, os subprefeitos foram sendo nomeados de forma natural e sem atropelos.

Após o mandato de Pedro Façanha de Sá, foi nomeado o Subprefeito Pergentino Augusto Ferreira Maia, que ficou no cargo de 1939 a 1943, inclusive tendo sido homenageado com o nome de uma rua em Messejana.

Em 1946, assumiu a Subprefeitura o Dr. Rômulo Mascarenhas dos Santos. Com apenas um ano à frente do órgão foi substituído por Francisco Hipólito Rodrigues, que ficou à frente do órgão por todo o ano de 1947. Em 1948, assumiu como Subprefeito o Sr. José Barros de Alencar, ficando no posto até 1950.

Sobre o Senhor José Barros de Alencar, faz-se necessário indicar mais detalhes. Com apenas 25 anos de

idade, ele assumiu o posto de Subprefeito, e dois anos depois ele já era carregado nos braços do povo para exercer um mandato na Câmara Municipal de Fortaleza. Desde então, ele foi vereador de forma ininterrupta por 34 anos, tendo sido presidente da Câmara em várias ocasiões. Ávido pelo trabalho e um político nato, “Zé Barros”, como era carinhosamente chamado pela população, muito contribuiu para o desenvolvimento do Distrito, trazendo para Messejana equipamentos como escolas, postos de saúde, agências bancárias, abertura e pavimentação de vias, entre outros.

Infelizmente, José Barros, reconhecido como o maior líder político de Messejana do século XX, teve sua trajetória interrompida devido a um acidente ocorrido em 14 de junho de 1984.

Com a eleição do Vereador José Barros para a Câmara Municipal, em 1950, assumiu a Subprefeitura de Messejana o Sr. Mário Alencar. Seu mandato durou de 1951 a 1954. Em 1955, o Sr. Manuel Florêncio de Aguiar assumiu. Entre os anos de 1955 e 1957, a Subprefeitura foi comandada por Lourival Serpa Sales, figura política de bastante influência no vizinho município de Aquiraz. Entre 1958 a 1959 quem comandou a Subprefeitura foi o Sr. José Júlio Feitosa. Ainda em 1959, o Sr. Raimundo Assunção Cavalcante assumiu por um pequeno período de tempo.

Passada essa fase, Messejana deparava-se com a década das mudanças em todo o mundo. A Jovem Guarda, o Movimento Hippie, e outras novidades serviriam de ingredientes para que Messejana se vestisse de uma áurea nova. Na comunidade, vários eram os grupos musicais criados da noite para o dia. Esses grupos animavam com entusiasmo as noites messejanenses. Nessa década também foram construídos o estádio Murilo Borges (atualmente denominado de Sargento Walter Barbosa Lacerda), e a Caixa D'água, instrumento que deu início ao sistema de água encanada em Messejana. O povo parecia mais alegre, principalmente com o fortalecimento do Balneário Clube de Messejana e o aparecimento do Tremendão, uma casa de show que resistiu até o início do século XXI.

Nesse período esteve à frente da Subprefeitura o Sr. Heitor Pessoa de Aguiar, que a dirigiu entre os anos de 1960 a 1967, com exceção de alguns meses de 1963 e 1964, quando a Subprefeitura foi administrada por Luiz Ângelo Pereira. Para fechar o ciclo da Subprefeitura, assume o posto, no período entre 1970 e 1971, o Sr. Antônio Aguiar Vale, quando o órgão muda de denominação. Em 1970, com a nomeação do Dr. Vicente Fialho para Prefeito de Fortaleza, algumas medidas administrativas são tomadas, dentre elas a mudança do nome de Subprefeitura para Administração Regional.

Como Messejana já era sede de uma subprefeitura, passou então a sediar também o novo órgão. Para administrá-la foi nomeado o Sr. Antônio Aguiar Vale, que na oportunidade ocupava a Subprefeitura. Antônio Aguiar Vale exerceu o cargo até 1971. Convidado pelo Vereador José Barros de Alencar e nomeado pelo Prefeito de Fortaleza Vicente Fialho, o Sr. João da Silva Almeida assumiu a Administração Regional, exercendo o cargo de 1971 a 1975. Nesse período, entre a transição de um e outro administrador, assumiu, o Sr. João Leonel de Alencar, irmão do Vereador José Barros de Alencar interinamente o cargo.

Ainda em 1975, o Sr. Francisco José Oliveira de Alencar, filho do Vereador José Barros de Alencar assumiu o cargo de Administrador Regional. Prestigiado e determinado a trabalhar pela comunidade de Messejana, “Chico Zé”, como era chamado, administrou a terra de Iracema até o ano de 1985. Nesse período, quando não podia estar investido do cargo, assumia interinamente o órgão a Sra. Cleonice Ferreira Oriá, funcionária de carreira do órgão ao qual prestou mais de trinta anos de serviço. Em 1985, com a saída de Chico Zé, Dr. Amadeu Lima da Costa assumiu o órgão.

Com as eleições realizadas para prefeito das capitais em 1985, começou um novo ciclo de trabalho. Para iniciar

esse período foi nomeado o Professor Ricardo Barreto Dias de Carvalho, que exerceu o cargo de Administrador até 1987. Ainda em 1987, a Sra. Maria Elizabeth do Vale Lima assumiu o posto e ficou nele até 1988.

Com as eleições de 1988, novas mudanças administrativas ocorreram. Em vez de cinco regiões administrativas, a cidade foi dividida em nove regiões, ficando, portanto, a área de Messejana ainda mais reduzida.

Nesse período também foi criada a Coordenadoria das Administrações Regionais, órgão que tinha a função de controlar as Administrações Regionais. E administrador algum foi nomeado, ficando o órgão a cargo de servidores nomeados em outras funções. Os servidores que assumiram essa tarefa foram: Maria Vandí de Lima Barbosa, João Batista Tavares de Lima, Iolanda Ferreira da Silva, Elias Cosme e Silva, e Francisco Edmar de Freitas.

Em 1997, mais uma reforma administrativa aconteceu. Dessa feita foram extintas as administrações regionais e criadas, em seu lugar, as Secretarias Executivas Regionais. Nesse novo modelo, a cidade foi dividida em 119 bairros, sendo Messejana um deles.

Fronteira entre o antigo e a modernidade

Embora legalmente Messejana ainda tenha *status* de distrito, pois assim foi criado e ainda não foi extinto, nas últimas décadas tem assumido características de bairro, principalmente após a reforma administrativa ocorrida no início de 1997, quando a cidade de Fortaleza foi dividida em seis regiões administrativas, compostas, cada uma, pelos bairros inseridos dentro de sua jurisdição.

Mesmo nessa condição, conta com uma significativa população de aproximadamente 50 mil habitantes, tendo sua área territorial inserida na parte central da 6ª Região Administrativa.

Apesar dos percalços, Messejana continua hegemônica, irradiando para os demais bairros que compõem a chamada Grande Messejana, os principais serviços de natureza pública e privada. É importante destacar que a região da Grande Messejana tem área que compreende 40% do território de Fortaleza, e população estimada de 650 mil habitantes.

Apesar de um dia ter sido vila, e hoje ser vista apenas como um bairro, esse fator não lhe causou nenhum demérito, pois tudo que há de importante para o bom andamento da cidade é encontrado em Messejana.

Com a reforma administrativa, veio atrelada uma política de descentralização, visando, ao mesmo tempo, à prestação de um melhor serviço à comunidade, assim como uma maior agilidade da máquina do município de Fortaleza.

Uma das iniciativas que mais caracterizaram essa nova forma de ver a cidade foi a criação do sistema integrado de transportes, fato que permitiu ao cidadão uma visão mais geral da cidade e, ao mesmo tempo, certo desapego ao centro da cidade, pois com as medidas implantadas, os bairros obtiveram mais autonomia e, portanto, fortaleceram suas identidades.

Nesse contexto, Messejana conheceu um crescimento nunca visto, permeado pela construção de dezenas de condomínios em seu entorno, além de um avassalador crescimento do seu comércio, fator importante para o aumento do índice de empregos no bairro. Todos esses acontecimentos trouxeram prosperidade para a terra de Iracema, mas trouxeram também frustração e certo desalento, pois para dar lugar ao seu crescimento, o meio ambiente de Messejana teve que pagar um preço muito alto. Suas lagoas e riachos foram todos poluídos, suas mangueiras, que já chegaram a contar mais de mil árvores no seu entorno, hoje se resumem a menos de uma centena.

É visível a infraestrutura que o bairro recebeu. Praticamente todas as ruas foram pavimentadas, as linhas

de ônibus cruzam quase todas as ruas, e escolas ponteiam todo o seu território. No entanto, há muito para ser feito, principalmente no segmento da cultura, pois não é preciso lembrar que nessa terra nasceu um dos maiores romancistas brasileiros e, mais do que outro lugar do Ceará, Messejana tem o dever de resgatar a sua história e a identidade dos seus filhos ilustres, como forma de se colocar no rol das cidades históricas advindas do Brasil Colônia. Entre a década de 1990 e 2000, Messejana se fortaleceu nesse cenário graças à evolução do Festival de Quadrilhas Juninas de Messejana, que se tornou um dos mais notórios do Estado do Ceará. Ressalte-se ainda a grande visibilidade dada pela instalação na Lagoa de Messejana, em 2004, da Estátua alusiva à personagem Iracema, oriunda do romance homônimo, de autoria de José de Alencar.

Formada pelas comunidades do Sítio São José, Conjunto São Bernardo, Conjunto Nova Conquista, Parque Pampulha, Parque Canaã, Parque Manueira, Vila Nova e Conjunto Bandeirantes, o bairro de Messejana possui uma área de 600 hectares e tem como limites os bairros Guajeru, Curió, Cambeba, Cajazeiras, Barroso, Parque Santa Maria, Paupina e Coaçu.

Na condição de bairro, sob uma análise bem apurada, poder-se-ia afirmar que o seu tecido social, embora heterogêneo, já se encontra bem definido.

Predestinada a ser a “Terra Prometida” desde os tempos mais remotos, quando aqui recebeu povos vindos dos mais longínquos lugares do Brasil, como bairro não é diferente. Como uma grande mãe de braços abertos, ele recebeu e recebe diariamente pessoas vindas de todos os estados brasileiros, sem contar que não deve haver um só município do Ceará que não tenha um de seus filhos com os pés fincados nessa terra. Atualmente, já são centenas de famílias nascidas sob a proteção da brisa do Atlântico e as lendas de Iracema.

Independente de como foi concebida e de como é hoje, Messejana é a sua feira, sua lagoa, seu centro, sua fé e seu povo. É maior do que sua própria história, pois vai além dos fatos, fazendo parte também do imaginário, sempre renascendo como as lendas, vencendo os dias e sendo eternamente amada. E não importam as intempéries, Messejana sempre estará pronta a renascer como uma Grande Fênix, com uma asa no passado e a outra no futuro, tendo sempre como fontes de alimentos inesgotáveis: a sua história, a sua cultura e o seu povo.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Manuel Coelho. *Aliança, negociação e rebeldia indígena no Ceará colonial: deslocamentos e dimensões identitárias*. Cadernos do CEOM – Ano 23, n. 32 – ETNICIDADES. 2010. Chapecó.

AMARAL, Ernesto Matos Gurgel do. *História de Messejana*. Fortaleza: 1996. Sociedade Educadora de Messejana.

BEZERRA, Antônio. *Dúvidas Históricas a Cesidio de Albuquerque Martins Pereira*. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza. Tomo IX, 1897.

_____. *O nome Mecejana*. “Revista. do Instituto do Ceará” - Tomo XXXI - 1917

CAPELA, José Viriato. *Eleições e sistemas eleitorais nos municípios portugueses de Antigo Regime*. In: Cruz, Maria Antonieta (org.). *Eleições e sistemas eleitorais: perspectivas históricas e políticas (em português)*. Porto: U. Porto Editorial, 2009.

Coleção das Leis do Estado do Ceará-1921, 30 volume – 1 parte, páginas 92 e 93, Tipografia Gadelha – Fortaleza - Ceará. 1921.

FIGUEIRA, Pe. Luís, apud. Thomaz Pompeu Sobrinho. *A Relação do Maranhão, 1608*, pelo jesuíta Padre Luiz Figueira enviada a Cláudio Aquaviva. In: *Três documentos do Ceará Colonial*. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, Coleção História e Cultura dirigida pelo Instituto do Ceará, 1967.

HENRIQUE, J. *História da Pátria*. Constituição, Fortaleza, n. 5, Ano XX, 1882, p. 3. Disponível: [lem:<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=235334&PagFis=5484>](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=235334&PagFis=5484).

LOPES, Fátima Martins. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII*. 2005. 700p. Tese (Doutorado em História do Brasil). Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

MAIA, Lígio. *Serras de Ibiapaba – De aldeia à vila de Índios: Vassalagem e Identidade no Ceará colonial – Século XVIII*. Niterói. UFF, 2010.

MENEZES, Antonio Bezerra de. *Algumas origens do Ceará*. Revista do Instituto do Ceará. Tomo XV. Fortaleza. 1901.

MONTALBO, Aires de. *A aldeia de Paupina e outras aldeias*. Revista do Instituto do Ceará.. Fortaleza: Typ. Studart. 1969.

NETO, Felipe Alves de Freitas. *Muito Além dos Muros do Forte: as dinâmicas que propiciaram a anexação do antigo município de Messejana a Fortaleza em 1921 e os seus desdobramentos*. Premius Editora. Fortaleza. 2011.

NOGUEIRA, Paulino. *Vocabulário Indígena em Uso na Província do Ceará* in “Revista do Instituto do Ceará” — Ano I — Tomo I, 4.º Trimestre de 1887.

PALITOT, Estêvão Martins (Org.). *Na Mata do Sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará*. 2. Fortaleza:Secult/Museu do Ceará/IMOPEC, 2009.

POMPEU SOBRINHO, Thomás. *Topônimos indígenas dos séculos 16 e 17 na costa cearense*. Revista do Instituto do Ceará, Tomo LIX, 1945.

RIBEIRO, Esaú Costa. *Memorial e História de Messejana*. Fortaleza: Editel, 1982.

STUDART FILHO, Carlos. *As fortificações do Ceará*. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza. Tomo 43-44, 1930.

Este livro foi impresso em Fortaleza (CE), no verão de 2014.
A fonte usada no miolo é Times New Roman, corpo 11/13,5.
O papel do miolo é pólen 90g/m², e o da capa é cartão supremo 250g/m².